



PROCUREMENT NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.

CNPJ: 05.370.858/0001-61

Relatório da Administração - Exercício findo em 2021

Prezados Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente relatório, juntamente com as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. No ano de 2021, o Portal de Compras e Contratações completou 18 anos de operação e foi marcado por desafios para a Petronect. Além da Pandemia da COVID/19, que continuou a impor restrições ao longo do ano houve uma sequência de renegociações contratuais, tanto com fornecedores quanto com clientes que, no final, levou a empresa a um novo ponto de equilíbrio financeiro, afastando os riscos de se ter que recorrer à captação de recursos no mercado ou com os sócios da empresa, para manutenção de suas operações. Há de se destacar, também, o recebimento da notícia de prolongamento do período de operações da Companhia em virtude do replanejamento ocorrido no projeto Transformar da Petrobras. Tal fato desencadeou, também, a necessidade de integração do Portal Petronect ao novo ERP da Petrobras, SAP S4/HANA, um projeto inédito no mundo se considerado o tamanho e a complexidade dos sistemas da Petronect. O resultado financeiro da Petronect no ano apresentou lucro líquido de R\$ 9,6 milhões, com margem líquida de 10,3%, a partir de um faturamento bruto de R\$ 109,3 milhões. Além disso, é importante destacar o caixa gerado no ano, de cerca de R\$ 24,6 milhões acima do caixa mínimo. Este resultado é da ordem de 140% mais elevado que no ano de 2020. Esse excelente resultado financeiro foi sustentado por sólidos resultados operacionais. A pesquisa de satisfação com compradores e fornecedores da Petrobras atingiu o maior resultado da série histórica, sendo de 4,1 do total de 5,0. A dimensão "serviço", foi a mais bem avaliada (4,4), especificamente no treinamento para fornecedor com nota 4,5 e no atendimento dos especialistas para comprador, tendo obtido a nota máxima de 5,0. Para os demais indicadores operacionais, cabe destacar o bom resultado médio para o tempo médio de 554 dias entre incidentes de segurança, o maior da história, a não incidência de multas e o encerramento do ano dentro da meta estabelecida para o número de prorrogações de oportunidades derivadas de instabilidades do sistema. Ainda no campo operacional, vale ressaltar algumas importantes realizações. Dentre as principais, destaca-se a redução de 18% de chamados de compradores em relação ao ano anterior, redução de 58% no tempo de atendimento de chamados, redução de 40% no tempo médio de contratação do serviço de Cotações com redução de 50% da idade média da carteira. Além disso, o Portal foi redesenhado para facilitar a experiência do usuário bem como o encontro de oportunidades divulgadas e busca por palavras chave. Os resultados foram sustentados, também, pelo evento de Planejamento Estratégico, onde foram definidas 9 Iniciativas alinhadas com o cenário atual da companhia, sendo: Projeto Integração com S/4 HANA, Estabilidade operacional, Excelência operacional, Planejamento do encerramento, Implantação processo de gestão de riscos, *Cybersecurity*, LGPD, Elaboração e implantação do manual de gestão, Conformidade. Além disso, destaca-se (i) a conclusão da Iniciativa Estratégica de Gente onde foram implementadas diversas ações para retenção e motivação das pessoas. O resultado dessas ações foi demonstrado na importante evolução do indicador de "satisfação do empregado" que passou de 63% em abril/21 para 74% em novembro/21. Adicionalmente, a Petronect manteve o Comitê de Contingência com

a participação de toda Diretoria e representantes de diversas áreas para acompanhamento e preservação da saúde e segurança dos colaboradores além da manutenção e continuidade operacional dos serviços. E, em outubro/21, as instalações físicas do escritório voltaram a ser utilizadas, primeiramente pela Diretoria e paulatinamente, por toda força de trabalho, respeitando rigorosamente as recomendações dos órgãos de controles responsáveis pelo tema. O ano também foi marcado pela certificação do Sistema de Gestão de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais, concluindo as adequações à LGPD – Lei Geral da Proteção de Dados. O Comitê de Dados Pessoais junto com a Iniciativa Estratégica e representantes multidisciplinares estabeleceram e implementaram importantes ações para adequação à Lei 13.709/2018. Outro marco importante, foi o resultado da Auditoria Interna, com a participação da renomada empresa Bureau Veritas. A auditoria teve atuação nos controles internos, riscos de segurança da informação e certificação de sigilo da ISO 17050. A auditoria demonstrou um excelente resultado na avaliação realizada, não havendo não conformidades e, de acordo com o relatório final, descreve "notória evolução da gestão dos processos que viabilizam e fortalecem, de forma sistemática, a Segurança da Informação na PETRONECT...". "... evidenciada uma maturidade e solidez na condução da gestão e governança de todos os processos verificados...". "... Identificada a efetiva materialização da conscientização e cultura corporativa de Segurança da Informação...". "... Destaco também a sabedoria das decisões nos investimentos relacionados à Segurança da Informação mediante a implantação das melhores ferramentas e práticas de mercado". A Petronect voltou a realizar ações de responsabilidade social com a participação de três campanhas em 2021, sendo a "Campanha da Fome" com a distribuição de 120 cestas básicas e a "Campanha de Inverno" onde foram distribuídos 800 cobertores, ambas para instituições que atendem pessoas em situação vulnerável e com a participação dos colaboradores. Além disso, foi realizada a "Campanha do Dia das Crianças" com 400 livros e bonecos apresentando 400 crianças, sendo atendidas cinco instituições e três parceiros envolvidos na prestação de serviços pro bono. Essas ações de solidariedade engajaram e motivaram os colaboradores, além de terem sido divulgadas na imprensa gratuitamente. Por fim, destacamos que, apesar de mais um ano de grandes desafios, a Petronect ajudou a Petrobras e suas participações societárias a realizar 119 mil processos de compras, pelos quais foram R\$ 133 bilhões transacionados. 157 mil fornecedores e 23 mil usuários ativos nos sistemas Petronect, pelos quais passaram 626 mil notas fiscais e 1,9 milhões de consultas de pagamentos. Agradecemos aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos nossos Clientes pelo apoio e confiança demonstrados e a cada um dos colaboradores da companhia, pela competência, comprometimento e dedicação.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022

A Diretoria

Marcelo de Carvalho Bonnard - Presidente, Elson Leite Cordeiro - Diretor de Operações
Rainer Muhhaus - Diretor Adm e Relacionamento

Balço patrimonial exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.824	462	Salários a pagar		2.814	2.280
Contas a receber - FIDC	5	24.604	14.464	Fornecedores - Partes Relacionadas	10(d)	2.658	1.061
Títulos e valores mobiliários	6	2.874	-	Fornecedores - Terceiros		1.848	1.973
Contas a receber de clientes - Partes Relacionadas	10(a)	10.800	7.735	Contas a pagar - Partes Relacionadas	12	5.498	3.562
Contas a receber de clientes - Terceiros		5	52	Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	11	2.359	1.627
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	7(a)	6.654	6.654	Outras contas a pagar - Partes Relacionadas	10(e)	1.367	715
Outros créditos		1.472	1.308	Outras contas a pagar - Terceiros		8	16
		48.233	30.675	Arendamento mercantil	21	2.870	3.122
						19.422	14.356
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	10(b)	48	23	Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10(f)	2.163	2.752
Outros Contas a receber	10(c)	19	399	Fornecedores - Terceiros		7	26
				Contas a pagar - Partes relacionadas	12	3.160	4.566
				Arendamento mercantil	21	2.453	4.438
						7.783	11.782
				Patrimônio líquido			
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	7(b)	3.796	10.097	Capital social		34.057	34.057
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7(c)	535	-	Reserva de lucros		-	-
Imobilizado	8	2.993	3.714	Dividendos adicionais propostos		-	-
Intangível	9	-	-	Prejuízos Acumulados		(5.638)	(15.287)
		7.391	14.233	Total do patrimônio líquido		28.419	18.770
Total do ativo		55.624	44.908	Total do passivo e patrimônio líquido		55.624	44.908

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	34.057	3.007	25.787	-	62.851
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(44.081)	(44.081)
Compensação de prejuízo de reservas	-	(3.007)	(25.787)	28.794	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	34.057	-	-	(15.287)	18.770
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.649	9.649
Saldos em 31 de dezembro de 2021	34.057	-	-	(5.638)	28.419

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional: A Procurement Negócios Eletrônicos S.A. ("Petronect" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro. A Sociedade foi constituída em 18 de outubro de 2002, tendo por objeto social atuar no provimento de serviços de comércio eletrônico, compreendendo o desenvolvimento de sistemas e gerência de portais eletrônicos relacionados ao processo de aquisição de materiais, serviços e produtos. Sua receita é auferida principalmente com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, acionista controladora, além, de empresas do Sistema Petrobras, nacionais e estrangeiras. O seu custo é adquirido, em grande parte com os também acionistas Petrobras S.A., SAP Brasil Ltda. e Accenture do Brasil Ltda. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. Direccionada em soluções para a indústria de Petróleo, Gás e Energia, a Sociedade desenvolveu uma plataforma digital para otimizar, agilizar e dar maior conformidade às transações entre empresas, além de proporcionar redução no consumo de papel e na necessidade de viagens. Os serviços oferecidos pela Sociedade incluem a disponibilização de um portal para a realização de cadastramento de fornecedores, solicitações de cotação, lances reversos e diretos, gerenciamento eletrônico de documentos fiscais, e serviços de cotações de bens, todos direccionados para a cadeia de suprimentos. A plataforma única e integrada garante a padronização dos processos e o acompanhamento constante por parte das empresas envolvidas, que assim passam a contar com uma ferramenta para administração eficiente de suas negociações. Em 14 de dezembro de 2021, a Petronect foi comunicada sobre a intenção da Petrobras de aditar os contratos do Portal de Compras e Portal de Cadastro até pelo menos dezembro de 2023, alterando a informação recebida em 08 de setembro de 2020 que previa a não renovação dos contratos vigentes. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Conselho de Administração da Sociedade, em reunião realizada em 6 de março de 2022, autorizou a emissão destas demonstrações contábeis. **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Sociedade é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a Administração definiu como moeda funcional e de apresentação a Sociedade o Real, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Sociedade está inserida. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **a. Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira referem-se a prestação de serviços para empresas no exterior e são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado. **b. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **(i) Ativos Financeiros:** Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **Reconhecimento e mensuração inicial:** Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados ao valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos. **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a sociedade elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. **Definição de inadimplência (default):** A sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias. **Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas:** Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à sociedade e todos os fluxos de caixa que a sociedade espera receber, descontados à taxa efetiva original. Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Sociedade reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a sociedade reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco

de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda). **Apresentação:** Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado. **(ii) Passivos financeiros não derivativos: Reconhecimento e mensuração inicial:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados ao valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos. **Classificação e mensuração subsequente:** Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. A sociedade não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos do CPC 48. **c. Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido e não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. **d. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*"). Depreciação: A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

vida útil (anos)

Benfeitorias	5
Máquinas e equipamentos	5
Móveis e utensílios	5
Equipamentos de processamento de dados	5
Equipamentos de telecomunicação	5
Edificações - Direito e uso	2,5
Equipamentos de processamento de dados - Direito de uso	3

O custo de ativos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração. **e. Ativo intangível: Reconhecimento e mensuração:** Os itens do ativo intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a. que é o percentual estimado com base na vida útil de cinco anos, salvo para itens objeto de arrendamento mercantil, os quais são amortizados durante o prazo do contrato de arrendamento financeiro. A amortização dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

vida útil (anos)

Direitos de uso	3-5
Desenvolvimento de serviços e projetos	5

f. Redução ao valor recuperável ("*impairment*):" (i) Ativos não financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **h. Receita de contrato com o cliente:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Sociedade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. A Sociedade tem como base de reconhecimento das receitas as medições apuradas pelos clientes Sistema Petrobras e demais clientes. Uma vez medido o valor que cabe à Procurement Negócios Eletrônicos S.A., é reconhecido o relatório de medição aprovado, para o devido

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de serviços prestados	14	93.913	89.287
Custos de serviços prestados	15	(55.121)	(70.452)
Lucro bruto		38.792	18.835
Despesas administrativas	16	(26.181)	(23.405)
Outras (despesas) operacionais	17	(11)	(9.533)
Perda no valor de recuperação de ativos intangíveis - <i>Impairment</i>	18	-	(30.096)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social		12.600	(44.199)
Receitas financeiras		1.415	1.213
Despesas financeiras		(1.431)	(1.086)
Varição cambial		(14)	(9)
Resultado financeiro, líquido	19	(30)	118
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		12.570	(44.081)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7(d)	(3.456)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7(d)	535	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		9.649	(44.081)
Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações - Básico e diluído (em R\$)		141.66	(647.17)

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	9.649	(44.081)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	9.649	(44.081)

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (Prejuízo do exercício)	9.649	(44.081)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	1.829	11.071
Provisões que não afetam o caixa	(594)	8.192
Baixa de ativos, líquido	37	12.878
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	-	30.096
Baixa de passivos	-	(3.480)
Varição cambial, líquida	14	9
Varição monetária, líquida	666	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.066)	2.242
Fluxos de caixa das atividades operacionais	17.757	10.764

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(150)	(494)
Aquisição de intangível	-	(6.366)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(13.014)	(2.413)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(13.164)	(9.273)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	-	(2.611)
Amortização de arrendamento	(3.231)	(3.760)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(3.231)	(6.371)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes no exercício	1.362	(4.880)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa no exercício		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	462	5.342
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.824	462
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.362	(4.880)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receitas		
Serviços prestados e outras	109.371	104.857
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de desenvolvimento, serviços de terceiros e outros	(64.078)	(106.841)
Valor adicionado bruto	45.293	(1.984)
Depreciação e amortização	(1.739)	(10.150)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	43.554	(12.134)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - incluem variações monetárias	1.421	1.231
Valor adicionado a distribuir	44.975	(10.903)
Distribuição do valor adicionado		
Despesa com Pessoal (Salários, provisões e encargos)	9.566	10.263
Honorários da diretoria e pessoal e outros	4.475	4.023
Tributos		
Impostos e contribuições	16.897	15.537
Imposto de renda e contribuição social	2.922	2.242
	19.819	17.779

	2021	2
--	------	---

Norma		Descrição	Data de vigência					
Annual Improvements to IFRS® Standards 2018-2020.		As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022					
Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3		As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022					
Onerous Contracts - Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37		Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022					
Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16		As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.	1º de janeiro de 2022					
Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1		As emendas no IAS 1-Presentation of Financial Statements estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023					
IFRS 17 - Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts		O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023					
Disclosure of Accounting Policies - Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2		Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023					
Definition of Accounting Estimates - Amendments to IAS 8		De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida a definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023					
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction - Amendments to IAS 12		As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023					
Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Sociedade está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2021. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021, bem como os IFRS equivalentes:								
Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência						
Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 19	Annual Improvements to IFRS® Standards 2018-2020 - Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3 Onerous Contracts - Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37 Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	1º de janeiro de 2022						
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 - Insurance Contracts	1º de janeiro de 2023						
4. Caixa e equivalentes de caixa		2021	2020					
Caixa e bancos		3	33					
Aplicações financeiras		1.821	429					
		<u>1.824</u>	<u>462</u>					
As aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundo de investimento do Banco Santander com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2021 de 0,3% Curto Prazo (0,14% em 2020). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. Os investimentos do fundo são de altíssima liquidez, prontamente conversíveis em caixa, sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e com vencimento não superior a 3 (três) meses.								
5. Contas a receber - FIDC		2021	2020					
Qtd. Cotas		7.230.167	4.437.28					
Rentabilidade (a.a)		4,40%	2,77%					
Fundo FIDC (R\$)		24.604	14.464					
Os recebíveis de títulos financeiros referem-se ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados do Sistema PETROBRAS (FIDCNP), igualmente lastreados em títulos públicos federais. Os investimentos do fundo são de altíssima liquidez, que é prontamente conversível a valores conhecidos de caixa, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com vencimento não superior a 3 (três) meses. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos acima apresentaram rendimentos de 4,40% e 2,77%, respectivamente. a. Recebíveis de ativos financeiros: Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como valor justo por meio do resultado "Recebíveis de ativos financeiros", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos.								
6. Títulos e valores mobiliários		2021	2020					
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		2.249	-					
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)		625	-					
		<u>2.874</u>	<u>-</u>					
Os títulos e valores mobiliários referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) com rendimento pré-fixado e pré-fixado + IPCA, e possuem prazos de vencimentos não superiores a 12 meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo. Os investimentos acima, efetuados em setembro de 2021, apresentaram rendimentos entre 2,08% e 4,68%.								
7. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar: a. A recuperar (curto prazo):		2021	2020					
IRPJ		5.773	6.283					
CSLL		881	-					
Outros		-	371					
		<u>6.654</u>	<u>6.654</u>					
b. A recuperar (longo prazo)		2021	2020					
IRPJ		2.522	6.374					
CSLL		582	3.049					
Outros		692	674					
		<u>3.796</u>	<u>10.097</u>					
Os saldos acima, no longo prazo, referem-se a créditos tributários, dos quais poderá aguardar até 5 anos para receber o deferimento do pedido de restituição feito a Receita Federal do Brasil. A Sociedade tem por rotina revisar e atualizar pela taxa Selic os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente. A Administração iniciou a compensação desses créditos com os débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, relativos a retenções na fonte de terceiros. Essas compensações são efetuadas através do programa PERDCOMP disponibilizado pela Receita Federal em sua página eletrônica, e possui o prazo de homologação de cinco anos. Além da compensação através de transmissão da PERDCOMP, a Petronect também possui Pedidos de Restituição enviados para a Receita Federal do Brasil e que estão dentro do prazo de cinco anos para homologação. c. Diferidos: A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nos balanços patrimoniais:								
31 de dezembro de 2021								
	Saldo inicial	No resultado	No Ativo Circulante	Saldo final				
Impostos diferidos relativos a:								
Prejuízo Fiscal (a)	-	535	-	535				
Total	-	<u>535</u>	-	<u>535</u>				
31 de dezembro de 2020								
	Saldo inicial	No resultado	No Ativo Circulante	Saldo final				
Impostos diferidos relativos a:								
Provisões dedutíveis	5.222	(2.198)	(3.024)	-				
Varição cambial	44	(44)	-	-				
Total	<u>5.266</u>	<u>(2.242)</u>	<u>(3.024)</u>	<u>-</u>				
Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes, suportada pelas premissas do planejamento orçamentário, que tem como principais metas a melhoria na usabilidade e performance da plataforma, a redução de gastos operacionais e alavancagem da receita de Portais, Projetos e Cotações. Sendo assim, os créditos fiscais diferidos constituído em 2021 tratam-se de ativos com previsão de realização ao longo do próximo exercício. d. Conciliação da despesa:								
8. Imobilizado								
	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de processamento de dados	Equipamento de telecomunicação	Direito de uso - Edificações	Direito de uso - Equipamento de processamento de dados	Total
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2019	1.830	261	512	612	6	5.910	529	9.660
Aquisições	-	-	-	486	9	598	-	1.093
Baixas	(861)	(51)	(214)	-	-	(3.376)	-	(4.502)
Depreciação	(433)	(44)	(113)	(173)	(2)	(1.528)	(244)	(2.537)
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2020	<u>536</u>	<u>166</u>	<u>185</u>	<u>925</u>	<u>13</u>	<u>1.604</u>	<u>285</u>	<u>3.714</u>
Aquisições	194	29	49	126	6	740	-	1.144
Baixas	-	(30)	(16)	(140)	-	-	-	(186)
Depreciação	(273)	(34)	(73)	(231)	(2)	(972)	(244)	(1.829)
Baixas (depreciação)	-	15	11	124	-	-	-	150
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2021	<u>457</u>	<u>146</u>	<u>156</u>	<u>804</u>	<u>17</u>	<u>1.372</u>	<u>41</u>	<u>2.993</u>
Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer indicativos, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01 (R1), que possam gerar dúvida de que os ativos da Sociedade possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação.								
9. Intangível								
	Direitos de uso	Desenvolvimento de serviços e projetos	Total					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	32.658	8.599	41.257					
Aquisições	178	5.571	5.749					
Baixas	(2.974)	(5.402)	(8.376)					
Transferências	6.796	(6.796)	-					
Amortização	(8.534)	-	(8.534)					
(-) Provisão Para Redução ao Valor Recuperável do Intangível	(28.124)	(1.972)	(30.096)					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>					
A Sociedade apresenta em seu ativo intangível softwares e desenvolvimento que são adquiridos na Accenture do Brasil Ltda., na SAP Brasil Ltda. e demais fornecedores, utilizados na manutenção e criação de projetos customizados. Tais projetos formam sistemas de acesso aos clientes, definidos como Portal de Compras, Biodiesel, Portal Cadastro de Fornecedores e outros (Portal Petronect). Em 2021, a Petronect identificou dois indicativos externos, dos quais, aditivo para manutenção da prestação de serviços após abril de 2023 e o novo projeto tecnológico de integração do Portal com o S4Hana. Com isso, a administração preparou teste de impairment dos ativos intangíveis com base no método de valor em uso. O método de valor justo líquido de despesa de venda não pôde ser utilizado devido aos seguintes fatores: (i) a tecnologia sobre a qual o Portal Petronect está estabelecido é obsoleta, portanto não há um potencial mercado de interesse; (ii) o cliente atual contraiu o desenvolvimento interno de um novo sistema para seu atendimento. Como resultado do teste de impairment foi descrito acima, o valor em uso, por meio de fluxos de caixa futuros descontados, resultando ainda um valor presente líquido (VPL) negativo; Como consequência administração manteve a provisão integral para esses ativos, a qual foi constituída em 2020. 10. Partes Relacionadas								
Ativo	Petrobras	2021	2020					
Contas a receber (a)	10.800	10.800	7.735					
Não Circulante								
Contas a receber (b)	48	48	23					
Outros Contas a receber (c)	19	19	399					
Passivo								
Fornecedores - Empresas do Sistema Petrobras (d)	2.658	2.658	1.061					
Outras Contas a Pagar (e)	1.367	1.367	715					
Não Circulante								
Outras Contas a Pagar (f)	2.163	2.163	2.752					
Resultado - Receitas (despesas)								
Resultado operacional líquida de serviços (a)	82.255	82.255	71.979					
Custos com serviços profissionais - hospedagem de sistemas ("Hosting") (g)	5.338	5.338	6.666					
Honorários da diretoria (h)	1.336	1.336	1.439					
Custo com pessoal cedido (i)	752	752	1.027					
(a) Refere-se à prestação de serviços de provimento de soluções e de facilidades de comércio eletrônico para a execução de cotações, coletas de preços, licitações e lances em meio eletrônico. (b) Corresponde a retenções contratuais firmadas com clientes, referente a prestação dos serviços mencionados na nota 10 (a). (c) O recebível está contratualmente atrelado a comprovação das obrigações trabalhistas por parte da contratada. (d) Refere-se a saldo contratual com a Petrobras referente ao repasse a maior dos custos compartilhados de hospedagem de sistemas, relacionada a anos anteriores. (e) O saldo em aberto refere-se a custos incorridos na prestação de serviços de hospedagem de sistemas e ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido. (f) Refere-se ao passivo com a Petrobras relativo ao recebimento a maior de receitas do Portal de Compras e Cotações, e ao passivo contratual devido à purgação do SLA contratual do serviço de Cotações, cujos descontos não haviam sido efetuados até a data do fechamento dessas demonstrações. (g) Refere-se a saldo contratual com a Petrobras referente ao repasse a menor dos custos compartilhados de hospedagem de sistemas, relacionada a anos anteriores. (h) Corresponde a custos incorridos na prestação de serviços de hospedagem de sistemas, cujo objetivo é a atuação coordenada entre as empresas, nas atividades de TI na área de implementação, manutenção e operação de infraestrutura, de hardware e software básico. (i) Corresponde ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido chave da administração da Sociedade pela Petrobras. (j) Corresponde ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido à Sociedade pela Petrobras.								
15. Custos dos serviços prestados								
2021	2020							
Custo de Pessoal	(1.623)	(1.662)	(368)	(5.510)				
Custo de serviços de operação	-	(17.656)	(2.754)	(37.999)				
Custo de serviços s/ encomenda	(825)	-	-	(825)				
Manutenção software	(4.008)	(151)	(445)	(4.699)				
Hosting	(4.342)	(47)	(789)	(5.338)				
Pessoal cedido	(469)	(36)	(183)	(750)				
Total dos custos dos serviços prestados	(28.396)	(1.483)	(19.501)	(55.121)				
2020	2020							
Custo de Pessoal	(2.632)	(1.241)	(1.190)	(5.493)				
Custo de serviços de operação	(16.438)	-	(2.538)	(39.063)				
Custo de serviços s/ encomenda	-	(5.762)	-	(5.762)				
Amortização SRM	(7.501)	(153)	-	(7.654)				
Manutenção software	(4.080)	(157)	(453)	(4.787)				
Hosting	(5.066)	(533)	(867)	(6.666)				
Pessoal cedido	(240)	(75)	(674)	(1.027)				
Total dos custos dos serviços prestados	(35.957)	(7.921)	(21.042)	(70.452)				
A Sociedade aplica na sua prestação de serviços custos diretamente relacionados às Operações, os quais se referem aos portais de Compras, Cadastro, Pagamentos e Cotações. Também são aplicados como custos: serviços sob encomenda e manutenção e desenvolvimento de software. Estes custos são referentes aos contratos de prestação de serviços com Accenture, SAP, ACV Tecline, Neo BPO, Hartmann, MSP Brasil e Edgetech os quais são alocados aos projetos, e vinculados à prestação de serviços. Aos custos de operações e sob encomenda incorrem créditos dos impostos PIS e COFINS. 16. Despesas administrativas: As despesas administrativas incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.								
	2021	2020						
Despesas de vendas	-	(555)	-	(555)				
Gastos com pessoal, diretoria e conselho de administração	(8.665)	(7.766)	-	(14.431)				
Ocupação (aluguel e manutenção)	(1.171)	(1.210)	-	(2.381)				
Depreciação	(1.739)	(2.496)	-	(4.235)				
Utilidade e serviços públicos	(567)	(357)	-	(924)				
Serviços de terceiros	(6.080)	(5.972)	-	(12.052)				
Multas Contratuais	(467)	(1.927)	-	(2.394)				
Impostos e taxas	(1.467)	(3.122)	-	(4.589)				
Melhorias operacionais (a)	(6.025)	-	-	(6.025)				
Total das despesas administrativas	<u>(26.181)</u>	<u>(23.405)</u>	-	(49.586)				
(a) As melhorias operacionais foram classificadas na despesa administrativa, uma vez que os testes de impairment (nota 18) sinalizam que os Ativos Intangíveis perderam o seu valor recuperável.								
17. Outras despesas e receitas operacionais: As outras despesas e receitas operacionais incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.								
Outras Receitas Operacionais	2021	2020						
Outras Receitas Operacionais	27	912						
Total Outras Receitas Operacionais	<u>27</u>	<u>912</u>						
Outras Despesas Operacionais (a)								
Perda na baixa do intangível	-	(8.376)						
Perda na baixa de imobilizado	(36)	(4.502)						
Baixa no passivo de arrendamento	-	3.480						
Provisão Contratual	-	(173)						
Demais Provisões	-	(160)						
Outras Despesas Operacionais	(2)	(714)						
Total Outras Despesas Operacionais	<u>(38)</u>	<u>(10.445)</u>						
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais	<u>(11)</u>	<u>(9.533)</u>						
(a) Refere-se à provisão dos encargos trabalhistas, conforme detalhado na nota explicativa nº 11 (a).								
18. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras e despesas financeiras incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.								
Receita Financeira	2021	2020						
Variação Monetária Ativa	436	850						
Receita sobre Aplicação Financeira	979	345						
Variação cambial ativa	6	18						
Descontos Obtidos	-	19						
Total das receitas financeiras	<u>1.421</u>	<u>1.232</u>						
Despesa Financeira	2021	2020						
Variação Monetária Passiva (a)	(666)	-						
Juros Passivos	-	(9)						
Tariffs Bancárias	(46)	(25)						
Multas Pagas ou Incorridas	(4)	(35)						
Variação cambial passiva	(20)	(27)						
Juros sobre arrendamentos	(715)	(1.017)						
Total das despesas financeiras	<u>(1.451)</u>	<u>(1.113)</u>						
Resultado financeiro líquido	<u>(30)</u>	<u>(118)</u>						
(a) Refere-se à atualização monetária de passivos com partes relacionadas e à reversão da Selic constituída em 2020 sobre créditos tributários sem previsão de recuperabilidade em 2021.								
19. Instrumentos financeiros: A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condicionados com as políticas e estratégias definidas pela administração da Sociedade. Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações foram analisados pela Sociedade. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas para os valores justos conforme apresentado em uma única coluna abaixo. Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado, com exceção do contas a receber - FIDC. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:								
Instrumentos financeiros	2021	2020						
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	1.824	462						
Contas a receber - FIDC	24.604	14.464						
Títulos e valores mobiliários	2.874	-						
Contas a receber, líquidas - clientes	10.805	7.787						
Passivos								
Fornecedores	4.513	5.812						
Contas a pagar	8.658	8.128						
Outras Contas a pagar	3.538	3.483						
As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a. Risco de crédito: A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras ou de não recebimento dos clientes. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos								

Rio de Janeiro

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A. CNPJ/ME nº 09.266.129/0001-10 - NIRE 33.3.0028477-0s				
Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 1. Hora, Data e Local: Às 10h do dia 13/03/2022, na sede social do Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("Cia."), na Rua Coronel Gomes Machado, nº 118, Loja 101, Centro, na Cidade de Niterói, Estado do RJ, CEP 24.020-065. 1. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, conforme disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Cia., conforme se constata através da Lista de Presença de Acionistas (Anexo I). 2. Mesa: Presidente: João Pedro Backheuser; e Secretária: Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro. 3. Ordem do Dia e Deliberações: Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: 3.1. Aprovar, nos termos do art. 59 da Lei das S.A., a realização, pela Cia., de sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, no valor total de R\$ 250.000.000,00 na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e demais disposições e regulamentações aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos a serem acordados no "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A." a ser celebrado entre a Cia., na qualidade de emissora das Debêntures, e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente). A Emissão e a Oferta Restrita terão as seguintes características e condições principais: (i) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 16/03/2022 ("Data de Emissão"); (ii) Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da 1ª integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade"); (iii) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo banco escriturador das Debêntures ("Escriturador") e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; (iv) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Cia.; (v) Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 7 anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 16/03/2029 ("Data de Vencimento"); (vi) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$ 250.000.000,00 na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); (vii) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (viii) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 250.000 Debêntures; (ix) Número de Séries: A Emissão será realizada em série única; (x) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures, na forma dos arts 7º-A e 8º da Instrução CVM 476, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo seu: (a) Valor Nominal Unitário na Data de Início da Rentabilidade; ou (b) pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração, calculada de forma <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Início da Rentabilidade até a data da sua efetiva subscrição e integralização, caso sejam subscritas e integralizadas após a Data de Início da Rentabilidade, conforme o caso. As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures e desde que referido ágio ou deságio seja aplicado à totalidade das Debêntures em cada data de integralização das Debêntures; (xi) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; (xii) Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de 1 dia, <i>over extragruppo</i> , expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis (conforme ser definido na Escritura de Emissão), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na <i>internet</i> (www.b3.com.br), acrescida de <i>spread</i> (sobretaxa) de 2,33% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração"); (xiii) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo Total, da Oferta de Resgate Antecipado Total ou da Aquisição Facultativa com o consequente cancelamento das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, sendo o 1º pagamento devido em 16/09/2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 16 dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração");				
Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures				
	16/09/2022			
	16/03/2023			
	16/09/2023			
	16/03/2024			
	16/09/2024			
	16/03/2025			
	16/09/2025			
	16/03/2026			
	16/09/2026			
	16/03/2027			
	16/09/2027			
	16/03/2028			
	16/09/2028			
Data de Vencimento das Debêntures				
(xiv) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures: O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, sendo o 1º pagamento devido em 16/03/2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 16 dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante (a) do seu vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; (b) do Resgate Antecipado Facultativo Total; ou (c) da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures:				
Datas de Pagamento da Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures				
	16/03/2024			
	16/09/2024			
	16/03/2025			
	16/09/2025			
	16/03/2026			
	16/09/2026			
	16/03/2027			
	16/09/2027			
	16/03/2028			
	16/09/2028			
Data de Vencimento das Debêntures				
(xv) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Cia. no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (xvi) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, que continuará incidindo até a data do efetivo pagamento dos valores a serem devidos nos termos da Escritura de Emissão, ocorrendo imputabilidade no pagamento, pela Cia., de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Cia. ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (a) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2%; e (b) juros moratórios à razão de 1% ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); (xvii) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (xviii) Resgate Antecipado Facultativo Total. A Cia. poderá, a partir de 17/03/2024, inclusive, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Cia. será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração das Debêntures, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) de demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) de prêmio <i>flat</i> aplicável sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme a tabela abaixo:				
Data de Resgate Antecipado Facultativo Total	% sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures			
A partir de 17/03/2024, inclusive, até 17/09/2024, exclusive	1,65%			
A partir de 17/09/2024, inclusive, até 17/03/2025, exclusive	1,45%			
A partir de 17/03/2025, inclusive, até 17/09/2025, exclusive	1,25%			
A partir de 17/09/2025, inclusive, até 17/03/2026, exclusive	1,10%			
A partir de 17/03/2026, inclusive, até 17/09/2026, exclusive	1,00%			
Data de Resgate Antecipado Facultativo Total	% sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures			
A partir de 17/09/2026, inclusive, até 17/03/2027, exclusive	0,90%			
A partir de 17/03/2027, inclusive, até 17/09/2027, exclusive	0,80%			
A partir de 17/09/2027, inclusive, até 17/03/2028, exclusive	0,70%			
A partir de 17/03/2028, inclusive, até 17/09/2028, exclusive	0,60%			
A partir de 17/09/2028, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures, exclusive	0,45%			
(xix) Amortização Extraordinária Facultativa: A Cia. poderá, a partir de 17/03/2024, inclusive, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Cia. será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem amortizadas acrescido (a) da Remuneração das Debêntures, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa; (b) de demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa; e (c) de prêmio <i>flat</i> aplicável sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme a seguir:				
Data da Amortização Extraordinária Facultativa	% sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures			
A partir de 17/03/2024, inclusive, até 17/09/2024, exclusive	1,65%			
A partir de 17/09/2024, inclusive, até 17/03/2025, exclusive	1,45%			
A partir de 17/03/2025, inclusive, até 17/09/2025, exclusive	1,25%			
A partir de 17/09/2025, inclusive, até 17/03/2026, exclusive	1,10%			
A partir de 17/03/2026, inclusive, até 17/09/2026, exclusive	1,00%			
A partir de 17/09/2026, inclusive, até 17/03/2027, exclusive	0,90%			
A partir de 17/03/2027, inclusive, até 17/09/2027, exclusive	0,80%			
A partir de 17/09/2027, inclusive, até 17/03/2028, exclusive	0,70%			
A partir de 17/03/2028, inclusive, até 17/09/2028, exclusive	0,60%			
A partir de 17/09/2028, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures, exclusive	0,45%			
1.1.1. Oferta de Resgate Antecipado Total: A Cia. poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures (sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial), com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas. A oferta de resgate antecipado total das Debêntures, o qual ocorrerá em 1 única data para todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Total, deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado total das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado Total"); (xx) Aquisição Facultativa: Observado o previsto na Instrução CVM nº 620, de 17/03/2020, ou regulamentação superveniente da CVM que vier a substituí-la, a Cia. poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor por valor igual, inferior ou superior ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Cia. poderão, a critério da Cia. (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Cia. para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; (xxi) Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá, respeitado o disposto na Escritura de Emissão, considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir prontamente o pagamento, pela Cia., do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados <i>pro rata temporis</i> , e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, ou, conforme aplicável, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações que serão objeto da Escritura de Emissão, a partir da ciência da ocorrência de quaisquer das situações indicadas abaixo, respeitados os respectivos prazos de cura aplicáveis, em caso de ocorrência dos eventos descritos abaixo (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"). Constituem eventos de vencimento antecipado automático que acarretarão no vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, quaisquer dos seguintes eventos: (a) descumprimento, pela Cia., de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou à Escritura de Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data de pagamento a ser prevista na Escritura de Emissão; (b) ocorrência de: (1) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Cia. ou das controladas relevantes da Cia., assim entendidas como as controladas da Cia. que representem, em conjunto ou individualmente, 20% da receita operacional bruta consolidada da Cia., apurada com base nas suas últimas demonstrações financeiras divulgadas ("Controladas Relevantes"); (2) pedido de autodeficiência formulado pela Cia. e/ou por quaisquer das Controladas Relevantes, independente do deferimento do respectivo pedido; (3) pedido de falência formulado por terceiros em face da Cia. e/ou de quaisquer das Controladas Relevantes, não devidamente elidido no prazo legal; (4) propositura, pela Cia. e/ou por quaisquer das Controladas Relevantes, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (5) ingresso, pela Cia. e/ou por quaisquer das Controladas Relevantes, em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento de recuperação ou de sua concessão pelo juízo competente; ou (6) encerramento das atividades da Cia., exceto se decorrente dos eventos a serem permitidos na Escritura de Emissão; (c) não utilização, pela Cia., dos recursos obtidos com a Emissão conforme será disposto na Escritura de Emissão; (d) transformação da forma societária da Cia., de modo que deixe de ser sociedade por ações, nos termos dos arts 220 a 222 da Lei das S.A.; (e) alteração do objeto social da Cia., conforme disposto em seu estatuto social, vigente na Data de Emissão, de forma a alterar em seus aspectos relevantes, as atividades preponderantes praticadas pela Cia.; (f) questionamento judicial sobre quaisquer termos e condições da Escritura de Emissão pela Cia. e/ou por qualquer sociedade controlada, coligada, controladora ou sob controle comum da Cia.; (g) declaração judicial e/ou administrativa de invalidade, ineficácia, nulidade ou inexistência de qualquer das disposições a serem previstas na Escritura de Emissão, observado prazo de cura de 15 dias; (h) qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Cia., das obrigações a serem assumidas na Escritura de Emissão, exceto conforme autorizado nos referidos instrumentos; (i) redução de capital social da Cia., exceto para absorção de prejuízos; (j) caso a Cia. esteja em mora com quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias a serem assumidas nos termos da Escritura de Emissão ou demais obrigações cujo descumprimento possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme ser definido na Escritura de Emissão), realização de resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Cia., bem como distribuição e/ou pagamento, pela Cia., de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de recursos a seus acionistas, diretos ou indiretos, inclusive os dividendos obrigatórios previstos no art. 202 da Lei das S.A.; e (k) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária decorrente de um endividamento da Cia. e/ou de Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional, nos termos de 1 ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), em montante, individual ou agregado, igual ou superior a (1) em relação à Cia., R\$ 100.000.000,00; e (2) em relação às Controladas Relevantes, R\$ 20.000.000,00, ou, em qualquer caso, o seu equivalente em outras moedas. Constituem eventos de vencimento antecipado não automático que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures quaisquer dos seguintes eventos: (a) alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no art. 116 da Lei das S.A.), direto ou indireto, da Cia.; (b) cisão, fusão ou incorporação da Cia. e/ou de Controladas Relevantes (incluindo incorporação de ações da Cia. ou de suas Controladas Relevantes nos termos do art. 252 da Lei das S.A.) envolvendo diretamente a Cia. e/ou as Controladas Relevantes, exceto, em qualquer caso, para (1) a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações de emissão das Controladas Relevantes) envolvendo exclusivamente as Controladas Relevantes, quando feita exclusivamente entre sociedades que sejam direta ou indiretamente controladas pela Cia. e desde que a Cia. continue sendo a controladora das sociedades resultantes; ou (2) a partir de 17/03/2024, inclusive, caso seja assegurada aos Debenturistas que desajerem o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 meses a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas ao respectivo evento, observado o pagamento do prêmio que seria aplicável para uma hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total na data da respectiva ata de assembleia, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; (c) inadimplemento, pela Cia., de qualquer obrigação não pecuniária a ser prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 15 Dias Úteis contados do descumprimento; (d) inadimplemento, a partir da presente data, pela Cia. e/ou por qualquer das Controladas Relevantes, de obrigações pecuniárias				
decorrentes de endividamento, nos termos de 1 ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), em montante, individual ou agregado, igual ou superior a (1) em relação à Cia., R\$ 100.000.000,00; e (2) em relação às Controladas Relevantes, R\$ 20.000.000,00, ou, em qualquer caso, o seu equivalente em outras moedas, desde que observados os respectivos prazos de cura de referidas obrigações pecuniárias nos termos dos instrumentos financeiros; (e) caso a Cia. e/ou qualquer das Controladas Relevantes sofram qualquer protesto de títulos ou sejam negativadas em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo – CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montante, individual ou agregado, igual ou superior a (1) em relação à Cia., R\$ 100.000.000,00; e (2) em relação às Controladas Relevantes, R\$ 20.000.000,00, ou, em qualquer caso, o seu equivalente em outras moedas, salvo se for validamente comprovado pela Cia. e/ou por qualquer das Controladas Relevantes, conforme o caso, que o(s) protesto(s) ou negativações foi(ram) (I) efetivamente suspenso(s) dentro do prazo de até 10 dias contados da data do respectivo evento, e apenas enquanto durarem os efeitos da suspensão; (II) cancelado(s) no prazo legal; ou (III) prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário; (f) descumprimento, pela Cia. e/ou por qualquer das Controladas Relevantes, de qualquer obrigação constante de qualquer decisão judicial com exigibilidade imediata contra a Cia. e/ou qualquer das Controladas Relevantes, conforme o caso, em montante, individual ou agregado, igual ou superior a (1) em relação à Cia., R\$ 100.000.000,00; e (2) em relação às Controladas Relevantes, R\$ 20.000.000,00, ou, em qualquer caso, o seu equivalente em outras moedas; (g) provarem-se falsas ou, em todos os seus aspectos relevantes, revelarem-se incorretas, insuficientes ou inconsistentes, quaisquer das declarações e garantias a serem prestadas pela Cia. na Escritura de Emissão; (h) não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, ou extinção das aprovações, alvarás, concessões, autorizações, registros e licenças, inclusive as ambientais necessárias para a atividade da Cia., exceto por aquelas (1) que estejam em processo de renovação iniciado tempestivamente e em atendimento aos requisitos da licença e da legislação; (2) cuja aplicabilidade esteja sendo questionada de boa-fé, pela Cia., nas esferas administrativa e/ou judicial, exceto caso a Cia. tenha obtido provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Cia.; ou (3) cuja não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação ou extinção não cause ou possa causar um Efeito Adverso Relevante; (i) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência pela Cia., de ativos, inclusive participações societárias, cujo valor represente, em conjunto ou individualmente, 20% ou mais da receita operacional bruta consolidada da Cia., apurada com base nas suas últimas demonstrações financeiras divulgadas, exceto (1) se os recursos líquidos provenientes de tal cessão, venda, alienação e/ou transferência acima de 20% da receita operacional bruta consolidada da Cia., considerando o agregado dos ativos alienados, permanecerem no caixa da Cia. até a liquidação total das Debêntures; ou (2) por reorganizações societárias a serem permitidas na Escritura de Emissão; (j) prestação de garantia fidejussória pela Cia. em favor de terceiros ou constituição de qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima, inclusive sob condição suspensiva ("Ônus"), sobre quaisquer de seus bens e/ou direitos; exceto para (a) prestação de garantia fidejussória a sociedades controladas da Cia., desde que as demonstrações financeiras destas sociedades controladas sejam consolidadas com as da Cia.; (b) prestação de garantia fidejussória a sociedades controladas da Cia., desde que a Cia. já seja controladora da respectiva sociedade na Data de Emissão, (c) prestação de garantia fidejussória a sociedades controladas da Emissora, na proporção da participação da Emissora, independentemente de as demonstrações financeiras de tais sociedades controladas serem consolidadas com as da Emissora; e/ou (d) constituição de Ônus sobre as ações e sobre direitos relativos às ações de emissão de sociedades controladas da Cia., desde que em favor de credores de financiamentos da respectiva sociedade controlada (k) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda efetiva, pela Cia., da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de ativos cuja perda cause um Efeito Adverso Relevante, exceto se tal medida for cancelada, sustada ou, por qualquer forma, suspensa, em qualquer hipótese, em prazo de até 30 dias do respectivo evento; (I) proferimento de sentença judicial, decisão administrativa de mérito ou arbitral, em qualquer dos três casos, de natureza condenatória ou declaratória, contra a Cia., que causem ou possam efetivamente causar um Efeito Adverso Relevante, exceto se revertida no prazo de até 10 dias contados da referida sentença; (m) existência, contra a Cia. e/ou qualquer de suas respectivas controladas e/ou seus respectivos administradores, empregados e funcionários, comprovadamente agindo em nome da Cia., de decisão administrativa imediatamente exigível, não passível de recurso, ou de decisão judicial em 1ª instância, em razão da violação de qualquer dispositivo previsto nas disposições legais e regulamentares relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público, bem como a legislação relacionada a crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o sistema financeiro nacional, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, conforme alterada, da Lei nº 8.137, de 27/12/1990, conforme alterada, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conforme alterada, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme alterada (e outras normas de licitações e contratos da administração pública), da Lei nº 9.613, de 3/03/1998, conforme alterada, da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, do Decreto nº 8.420, da 18/03/2015, conforme alterado, e, conforme aplicável, do U.S. <i>Foreign Corrupt Practices Act of 1977</i> e do U.K. <i>Bribery Act</i> ; (n) existência, contra a Cia. e/ou suas respectivas controladas, de decisão administrativa, judicial ou arbitral, de exigibilidade imediata, conforme aplicável, declarando (1) o descumprimento da lei, regulamentos e demais normas ambientais (incluindo, mas não se limitando à legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e ao SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente), trabalhistas em vigor relativas à saúde e segurança ocupacional, que cause ou possa causar um Efeito Adverso Relevante; (2) a prática pela Cia. de danos ao meio ambiente que estejam relacionados à destruição de áreas de alto valor de conservação e biodiversidade, aqui definidos como aqueles que acarretem a eliminação ou diminuição severa da integridade de uma área causada por uma grande mudança de longo prazo no uso da terra ou da água, ou modificação de um habitat de tal forma que a capacidade de área de manter sua função ambiental esteja perdido; (3) a ocorrência de crime ambiental; e/ou (4) o descumprimento à legislação e regulamentação em vigor, relativas à inexistência de trabalho infantil e análogo a de escravo, provento criminoso da ou incentivo à prostituição, em especial com relação aos seus projetos e atividades de qualquer forma beneficiados pela Emissão, exceto, nos casos dos itens "a" a "c" acima, caso tal decisão seja revertida no prazo de até 10 dias contados do seu proferimento; (o) rebaixamento do <i>rating</i> corporativo da Cia. abaixo de "AA" ou <i>rating</i> equivalente, de acordo com a classificação da Moody's America Latina, Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. ou Fitch Ratings; (p) não observância, pela Cia., do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, o qual será apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Cia., calculado pela Cia. e verificado pelo Agente Fiduciário considerando o período de apuração referente aos 12 meses imediatamente anteriores ("Demonstrações Financeiras"), sendo a 1ª apuração com base nas Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31/12/2022. "Dívida Líquida" significa, com base na última demonstração financeira consolidada da Cia.: (1) o saldo devedor de principal e juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e demais instrumentos de dívida de curto e longo prazo menos (2) o somatório de caixa e disponibilidades. "EBITDA" significa, com base na última demonstração financeira consolidada da Cia., referente ao resultado do período das Demonstrações Financeiras, o lucro ou o prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraído-se as receitas e adicionado-se as despesas geradas pelos resultados financeiros, depreciação, amortização e resultado de equivalência patrimonial, excluindo receitas e despesas não recorrentes. Os valores mencionados nos Eventos de Inadimplemento serão corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do índice IPCA, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo. (xxii) Demais Condições: Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão, à Oferta Restrita e/ou às Debêntures serão tratadas na Escritura de Emissão. 3.2. Autorizar a diretoria da Cia. e/ou seus procuradores, conforme o caso, a praticar(em) todos os atos necessários relacionados à implementação, realização e formalização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a: (i) a contratação das instituições financeiras responsáveis pela colocação das Debêntures e demais prestadores de serviços da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando ao banco liquidante, o Escriturador, a B3, o Agente Fiduciário, o banco depositário, os assessores legais, dentre outros, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Distribuição; (ii) a discussão, negociação e definição, observado o disposto nas deliberações desta assembleia, dos termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita; e (iii) a celebração da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, bem como todos e quaisquer outros instrumentos, aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos, procurações e/ou demais documentos pertinentes à realização da Emissão e da Oferta Restrita, observado o disposto nas deliberações acima; e 3.3. Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Cia. ou seus procuradores, conforme o caso, relacionados às matérias constantes dos itens acima. 4. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. 5. Assinaturas: Presidente: João Pedro Backheuser; e Secretária: Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro. Acionistas presentes: Developer S.A. (p. João Pedro Backheuser e Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro) e New Water Participações Ltda. (p. Romélia Diniz Rola). Confere com o original lavrado em livro próprio, Niterói, 13/03/2022. João Pedro Backheuser - Presidente; Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro - Secretária.				

Rio de Janeiro

Quarta-feira, 16 de março de 2022 – Diário Comercial – 05

SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.

CNPJ/ME nº 08.596.854/0001-94 - NIRE 33.3.0028088-0

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06 DE JANEIRO DE 2022. 1. DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO: Aos 06 dias do mês de janeiro de 2022, às 14h, por videoconferência. **2. CONVOCAÇÃO:** Foi realizada por mensagens individuais enviadas aos senhores Conselheiros. **3. PRESENCAS:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: os Srs. Rodrigo Modesto de Abreu, Marcos Aurélio Freire Mendes, Ricardo Drumond Andrade, Cristiane Barretto Sales e Flavio Manuel Marçal de Castro. Presentes, ainda, os Srs. Marcel Fernando Costa Licurci de Melo, Augusto Rocha Neves e a Sra. Marina de Freitas Maciel, na qualidade de representantes de Companhia. **4. MESA:** Como Presidente, o Sr. Rodrigo Modesto de Abreu e, como Secretária, a Sra. Marina de Freitas Maciel. **5. ORDEM DO DIA:** Alteração na composição da Diretoria Estatutária. **6. DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia indicaram a Sra. Marina de Freitas Maciel para secretariar os trabalhos. Em seguida, em relação ao **único item** da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, pelo desligamento, nesta data, do Sr. Luiz Henrique Eustáquio de Miranda do cargo de Diretor de Operações da Companhia. Os Conselheiros manifestaram seu agradecimento ao Sr. Luiz Henrique Eustáquio de Miranda, reconhecendo sua dedicação e entrega ao longo dos anos em que ocupou a posição, e designaram o Sr. Leonardo Nogueira de Moraes como responsável pela gestão da área de operações da Companhia até que haja nova deliberação para o preenchimento do cargo estatutário de Diretor de Operações. Tendo em vista a deliberação acima, os Conselheiros decidiram fazer o registro da consolidação da composição da Diretoria Estatutária da Companhia, que, a partir da presente data e até 04 de maio de 2024, passa a ser integrada pelos seguintes membros: (i) como **Diretor Geral**, o Sr. Marcel Fernando Costa Licurci de Melo, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 09648110-6 IFF/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 082.674.737-00; e (ii) como **Diretor de Finanças**, o Sr. Marcell Velloso de Souza, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 098044162-7, expedida pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/ME sob o número 076.872.927-07. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros do Conselho de Administração e pelos integrantes da Mesa. Assinaturas: Mesa: Como Presidente, Rodrigo Modesto de Abreu e, como Secretária, Marina de Freitas Maciel. Conselheiros: Rodrigo Modesto de Abreu, Marcos Aurélio Freire Mendes, Cristiane Barretto Sales, Flavio Manuel Marçal de Castro e Ricardo Drumond Andrade. A presente certidão é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2022. **Marina de Freitas Maciel** – Secretária. Jucerja nº 4750788 em 01/02/2022.

INDÚSTRIAS DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A.

CNPJ/ME nº 31.901.382/0002-39 - NIRE nº 33.3.0010185-3

Aviso aos Acionistas. Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, em nossa Matriz, à Rua Hugo Aquino nº 1, Centro, São João da Barra, RJ, em nossa Filial Rio, à Avenida Paisagista José Silva de Azevedo Neto nº 200, bloco 2, salas 203/204, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, em nossa Filial Recife/PE, à Rua Fernando de Noronha nº 41, Muribeca, Jaboatão dos Guararapes, PE, e na Filial Valinhos/SP, à Rua Ezequiel Benedito Silva, nº 77, sala 10, Chácara São Francisco, Valinhos, SP, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Informamos que nossa Filial Campos, à Rua Vinte e Um de Abril, nº 272, conj. 402/404, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, permanece fechada. São João da Barra, RJ, 14 de março de 2022. **HUGO AQUINO FILHO - Presidente do Conselho de Administração.**

TELMEX SOLUTIONS TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.570.352/0001-08 - NIRE 33.3.0031406-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os senhores acionistas da **Telmex Solutions Telecomunicações S.A. ("Companhia")** a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sede social da Companhia, situada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Regente Feijó, 166, 16º andar, Sala 1687-C, CEP 20060-060, no dia 23 de março de 2022, às 10:00 horas, com a finalidade de deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: **(i)** A proposta de grupamento das 5.133.370.648 (cinco bilhões, cento e trinta e três milhões, trezentos e setenta mil e seiscentos e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, representativas do capital social, na proporção de 1.000 (um mil) para 1 (um), conforme previsto no Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do montante do capital social; **(ii)** Em consequência da proposta de grupamento de ações prevista no item "i" acima, a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandatos de representação deverão ser depositados na sede da Companhia até às 17h30min do dia 22 de março 2022; e (b) A proposta da administração e a documentação relativos aos itens constantes da ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro - RJ, 15 de março de 2022. Oscar von Hauske Solis - Membro do Conselho de Administração.

SUDELETRO S.A.

CNPJ 33.102.153/0001-07

CONVOCAÇÃO: São convidados os senhores acionistas para se reunirem em AGO a realizar-se em 05/04/2022, às 10 horas, na sede social à Praça Mahatma Gandhi 2, Grupo 921, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Diretoria, relativos ao ano calendário encerrado em 31/12/2021; B) Destinação dos Resultados; C) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 15/03/2022. ass) Silvia Vêras de Lacerda Guimarães - Presidente.

LUNGOMARE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/ME: 97.551.250/0001-51 - NIRE: 33.3.0029838-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas no dia 28 de março de 2022, às 10:00 horas, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na sede social da Lungomare Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Miguel de Frias nº 77, sala 1701, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Deliberar sobre (a) o relatório da administração referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (b) as contas dos administradores referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (c) as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; e (d) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021; e (ii) Fixar a remuneração anual global da Diretoria da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Ratificar as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 24.02.2021, cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00004032582 em 16.03.2021. Niterói, 11 de março de 2022. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

CNPJ/ME 18.201.378/0001-19 - NIRE 33.3.0030772-9

ATA DE AGE. 1. Data, Hora e Local: Realizada em 27/12/21, às 15h. Reunião realizada de forma digital, por meio do aplicativo *Microsoft Teams*, considerada, para todos os fins legais, nos termos da Seção VIII do Anexo V à Instrução Normativa DREI nº 81/2020, como realizada na sede social da **Concessionária do VLT Carioca S.A.** ("Cia" ou "Concessionária"), localizada na Rua da União, 11 (parte), Santo Cristo/RJ. **2. Convocação e Presença:** Edital de convocação publicado nos termos do Art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, no DOERJ, edições dos dias 03, 06 e 07/12/21, respectivamente nas páginas 05, 25 e 07; e no jornal "Diário Comercial", edições dos dias 03, 06 e 07/12/21. Registrada a participação de acionistas detentores de 99,86% do capital social da Cia, conforme registro constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** A Assembleia foi presidida pelo Sr. Paulo Fischer Carneiro e secretariada pela Sra. Carla Grotz Mattoso. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a homologação do valor final dos aumentos de capital social da Cia aprovados nas AGES realizadas em 13/09/21 e 04/10/21, com a consequente alteração do *caput* do art. 4º do Estatuto Social da Cia, para adequá-lo ao novo valor do capital social; (ii) a ratificação da aprovação da postergação, para o ano de 2022, da pesquisa salarial prevista na Política de Remuneração e Benefícios da Concessionária do VLT Carioca S.A., nos termos da PD - AG 023/2021 - VLT; e (iii) a ratificação da deliberação do Conselho de Administração da Cia a respeito da transação com o Poder Concedente, a ser formalizada por meio do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Parceria Público-Privada, nos termos da PD -RPA - CAD - AG 022/2021 - VLT. **5. Deliberações:** Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos acionistas: **5.1. Homologação do Valor Final dos Aumentos de Capital Social da Cia Aprovados em 13/09/21 e 04/10/21:** Os acionistas, por unanimidade de votos computados, aprovaram a homologação dos valores totais finais dos aumentos de capital social aprovados: (i) na AGE realizada em 13/09/21, no montante total de R\$ 18.433.083,46 mediante a emissão de 107.936.381 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em razão da conversão dos valores contabilizados a título de AFACs referentes às transferências, nos meses de abril e maio de 2021, das contas suportes para a conta reserva, no âmbito do Empréstimo de Longo Prazo celebrado com o BNDES, nos termos da cláusula 7.12 do Acordo de Acionistas, de modo que, observados os termos e condições aprovados na AGE realizada em 13/09/21 e os respectivos boletins de subscrição, as ações foram subscritas e integralizadas pelos Acionistas Signatários do Acordo de Acionistas nas seguintes proporções: (a) a acionista Invepar subscreveu 26.996.019 ações, ao preço de emissão global de R\$ 4.610.252,48; (b) a acionista CIIS subscreveu 27.259.635 ações, ao preço de emissão global de R\$ 4.654.564,01; (c) a acionista RioPar subscreveu 26.994.545 ações, ao preço de emissão global de R\$ 4.610.005,14; e (d) a acionista OM subscreveu 26.686.182 ações, ao preço de emissão global de R\$ 4.558.261,83; e (ii) na AGE realizada em 04/10/21, nos termos da cláusula 3.2 do Acordo de Acionistas e da orientação de voto estabelecida na Reunião Prévia de Acionistas realizada em 01/10/21, no montante total de R\$ 30.632.199,84 mediante a emissão de 170.368.186 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, observados os termos e condições aprovados na AGE realizada em 04/10/21, que foi totalmente subscrito e integralizado pela acionista CIIS. Registradas as abstenções da acionista Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar ("Invepar") em relação aos itens (i) e (ii) e da acionista RioPar Participações S.A. ("RioPar") em relação ao item (ii). Diante da homologação dos valores finais dos Aumentos de Capital referidos acima, o capital social da Cia passa de R\$ 502.042.826,22 dividido em 2.524.524.358 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 551.108.109,52 dividido em 2.802.828.925 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A acionista OM apresentou voto contrário, o qual foi desconsiderado pela mesa, nos termos do art. 118, § 8º, da Lei das S.A. e da cláusula 10.11 do Acordo de Acionistas, por violar as cláusulas 3.2 e 7.12 do Acordo de Acionistas. **5.1.1. Alteração do Estatuto Social em Razão da Homologação do Valor Final do Aumento de Capital e Consolidação do Estatuto Social:** Diante da aprovação acima, os acionistas, por unanimidade dos votos computados, registrada a abstenção da acionista Invepar, aprovaram a alteração do *caput* do Art. 4º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: *Art. 4º - O capital social é de R\$ 551.108.109,52 dividido em 2.802.828.925 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo ele sido totalmente subscrito e totalmente integralizado.* Os acionistas aprovaram, ainda, por unanimidade dos votos computados, a consolidação do Estatuto Social da Cia, que, alterado, passará a vigorar com a redação constante do **Anexo 1** à presente ata de AGE. A acionista OM apresentou voto contrário, o qual foi desconsiderado pela mesa, nos termos do art. 118, § 8º, da Lei das S.A. e da cláusula 10.11 do Acordo de Acionistas, por violar as cláusulas 3.2 e 7.12 do Acordo de Acionistas. **5.2. Ratificação da Aprovação da Postergação, para o Ano de 2022, da Pesquisa Salarial Prevista na Política de Remuneração e Benefícios da Concessionária:** Os acionistas presentes, por maioria dos votos, considerados o voto contrário da acionista OM e a abstenção da acionista Invepar, ratificaram a aprovação da postergação da pesquisa salarial prevista na Política de Remuneração e Benefícios da Concessionária do VLT Carioca S.A., para o ano de 2022, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Cia, realizada em 16/11/21. **5.3. Transação com o Poder Concedente:** Os acionistas presentes, por unanimidade dos votos, aprovaram a retirada de tal item da pauta desta assembleia geral. **6. Registro:** As manifestações de voto escritas e protestos foram recebidos pela mesa e ficarão arquivados na sede da Cia. Em relação às abstenções da acionista Invepar nos itens 5.1 e 5.1.1., e da acionista RioPar em relação ao subitem (ii) do item 5.1, a acionista CIIS registrou que, a despeito de o art. 118, § 9º, da Lei das S.A. assegurar ao acionista que se sinta prejudicado o direito de votar com as ações do acionista que se abstenha de votar nos termos do acordo de acionistas (no presente caso, a favor da homologação dos valores finais de aumento de capital aprovados nas AGES realizadas em 13.09.2021 e 04.10.2021), a matéria segue sendo aprovada independentemente do exercício de tal faculdade pela acionista CIIS, sendo certo que tal posição não constitui qualquer renúncia ao exercício de tal direito em deliberações futuras. **7. Arquivamento e Publicação:** A ata será arquivada perante a JUCERJA, devendo ser realizados os registros nos livros societários e as publicações legais. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que conferida e validada, foi encaminhada aos representantes dos acionistas presentes. RJ, 27/12/21. **Mesa: Paulo Fischer Carneiro** - Presidente; **Carla Grotz Mattoso** - Secretária. **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar:** Daniela Derzi Barreto e Nathalia Novaes; **Riopar Participações S.A.:** Elaine Fasollo de Azevedo. **CIIS - Cia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços:** Roberto Vollmer Labarthe. **Odebrecht Mobilidade S.A.:** Vanessa de Gusmão Pitta Frota. Jucerja nº 4803007 em 11/03/22.

Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

CNPJ/MF nº 19.962.272/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (em milhares de reais)

Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Em 2021 o número de beneficiários atingiu 522.988, redução de 7.027 em relação a 2020. Atualmente a carteira é composta por clientes empresariais (74,9%), individuais (14,0%) e PME's (11,1%).

A receita operacional líquida (ROL) aumentou 3,1%, passando de R\$11.240 em 2020 para R\$114.710 em 2021.

	2021	2020
Contraprestações líquidas (nota 19)	119.609	116.359
Cancelamentos (nota 19)	(4.806)	(4.856)
Tributos (nota 19)	(4.806)	(4.856)
ROL	114.710	111.240

A geração de caixa operacional, medida pelo critério do Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) líquida da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA), atingiu R\$34.535 em 2021 (R\$35.182 em 2020). A margem (LAJIDA dividida pela ROL) foi de 30,1% em 2021 (31,6% em 2020). O lucro da Companhia foi de R\$22.778 em 2021 e R\$23.602 em 2020.

Barueri, 11 de março de 2022
A Diretoria**BALANÇO PATRIMONIAL** (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31 de dezembro de		PASSIVO	Nota	31 de dezembro de	
		2021	2020			2021	2020
Circulante		44.432	45.380	Circulante		21.901	23.083
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	5	2.262	2.108	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		12.692	14.295
Realizável		42.170	43.272	Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	12,2	8.447	9.628
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	6	36.401	37.126	Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	12,2	4.215	4.667
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		5.892	5.688	Débitos de operações de assistência à saúde		4.278	4.448
Aplicações livres		30.509	31.438	Contraprestações/prêmios a restituir		97	89
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (contraprestações pecuniárias a receber)	7	5.031	5.246	Comercialização sobre operações		20	137
Despesas de comercialização diferidas	12,2	394	608	Operadoras de planos de assistência à saúde		4.161	4.222
Créditos tributários e previdenciários	8	247	192	Tributos e encargos sociais a recolher	14	2.927	2.141
Bens e títulos a receber	9	93	93	Imposto de renda e contribuição social a pagar		948	921
Despesas antecipadas		4	7	Demais obrigações federais		459	605
Não circulante		2.401	1.775	Demais obrigações municipais		620	615
Realizável a longo prazo		2.242	1.556	Débitos diversos		2.334	2.199
Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)	10	1.987	1.456	Obrigações com pessoal (salários, férias e honorários)		856	575
Depósitos judiciais e fiscais		255	100	Fornecedores de bens e serviços	15	847	996
Imobilizado (uso próprio)	11	157	203	Adiantamentos de clientes	7	320	130
Intangível		2	16	Tributos contas a pagar	16	211	93
TOTAL DO ATIVO		46.833	47.155	Não circulante		4.080	3.296
				Provisões para ações judiciais	17	4.080	3.296
				Patrimônio líquido		21.452	20.776
				Capital social	18,1	9.500	9.500
				Reservas de lucros	18,2	7.674	7.674
				Dividendo adicional proposto	18,3	4.278	3.602
				TOTAL DO PASSIVO		46.833	47.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Exercício findo em	
		31 de dezembro de	2020
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde		66.417	65.957
Receitas com operações de assistência à saúde	19	71.223	70.813
Contraprestações líquidas/prêmios retidos		71.223	70.813
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	19	(4.806)	(4.856)
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos		452	1.322
Variação da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	12,2	452	1.322
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		66.869	67.279
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		4	9
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		164	14
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde da Operadora		(4.656)	(3.610)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(127)	(170)
Provisão para ações judiciais sobre créditos	7,2	(4.529)	(3.440)
RESULTADO BRUTO		62.381	63.692
Despesas de comercialização		(5.981)	(6.603)
Despesas administrativas	20	(20.932)	(20.259)
Participações no resultado	23	(541)	(366)
Resultado financeiro líquido	21	(8)	(536)
Receitas financeiras		1.498	765
Despesas financeiras		(1.506)	(1.301)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		34.919	35.928
Imposto de renda (corrente)	22	(9.326)	(9.338)
Contribuição social (corrente)	22	(3.346)	(3.377)
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	22	531	389
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		22.778	23.602
Ações do capital social no final do exercício (em milhares)		380	380
Lucro do exercício por ação do capital social (R\$)		59,94	62,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)

	Nota	Exercício findo em	
		31 de dezembro de	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		22.778	23.602
Outros resultados abrangentes		–	–
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		22.778	23.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) (em milhares de reais)

	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.778	23.602
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa das atividades operacionais:		
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	(1.181)	(210)
Variação da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	(452)	(1.322)
Depreciações e amortizações	60	39
Variações monetárias, líquidas	948	921
Provisões para ações judiciais	532	771
Provisão para perdas sobre créditos	4.529	3.440
Provisão de imposto de renda e contribuição social	12.141	12.326
	38.557	38.729

	2021	2020
Redução (aumento) nos ativos operacionais	725	(4.982)
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	(4.314)	(3.284)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (contraprestações pecuniárias a receber)	(55)	536
Créditos tributários e previdenciários	–	1.247
Bens e títulos a receber	3	(7)
Despesas antecipadas	(155)	(97)
Depósitos judiciais e fiscais		

	2021	2020
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(170)	506
Contraprestações/prêmios a restituir, comercialização sobre operações, operadoras de planos de assistência à saúde	(12.645)	(13.005)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(141)	93
Tributos e encargos a recolher (demais obrigações federais e municipais)	135	44
Débitos diversos	102	51
Exigível a longo prazo (passivo não circulante)		

	2021	2020
CAIXA GERADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	22.256	20.072

	2021	2020
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	–	(202)
Pagamento de aquisição imobilizado (uso próprio)	–	(202)

	2021	2020
CAIXA (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	–	(202)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(22.102)	(20.000)
Dividendos	(22.102)	(20.000)

	2021	2020
CAIXA (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(22.102)	(20.000)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	154	(130)
Saldo inicial	2.108	2.238
Saldo final	2.262	2.108

*Conforme RN 435/2018 da ANS para efeito de publicação das demonstrações contábeis é facultada a utilização do fluxo de caixa pelo método indireto.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
	1.900	5.774	–	–	17.174
	–	–	–	23.602	23.602
	–	–	3.602	(23.602)	(20.000)
	–	–	–	(8.000)	(8.000)
	–	–	–	(4.000)	(4.000)
	–	–	3.602	(3.602)	–
	1.900	5.774	3.602	–	20.776
	–	–	–	22.778	22.778
	–	–	676	(22.778)	(22.102)
	–	–	(3.602)	(3.602)	(3.602)
	–	–	–	(10.000)	(10.000)
	–	–	–	(4.500)	(4.500)
	–	–	–	(4.000)	(4.000)
	–	–	4.278	(4.278)	–
	1.900	5.774	4.278	–	21.452

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasilidental ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Marcos Penteado de Ullhôa Rodrigues, 939 - 14º andar, conjunto 1401, Edifício Jatobá, Castelo Branco Office Park, Tamboré - Barueri, São Paulo - Brasil, iniciou suas operações em 12 de março de 2014, tendo obtido registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 14 de julho de 2014. A Companhia possui como acionistas Odontoprev S.A. (Odontoprev) e BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) com 25% e 75% de participação respectivamente, o controle do negócio é conjunto. Mediante contrato de associação entre BB Seguros, BB Corretora, Banco do Brasil e Odontoprev, há o objetivo de, por meio da Brasilidental, desenvolver e divulgar, e, por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais BB no território nacional. A Odontoprev Serviços (Controlada da Odontoprev) é responsável pelo suporte à operação de planos odontológicos da Brasilidental, o que compreende atendimento via call center e pós-venda, desenho de produtos e planos, assessoria jurídica, suporte regulatório e para operações financeiras, contábeis, tecnologia e relatórios gerenciais. O atendimento aos beneficiários da Brasilidental junto à rede credenciada da Odontoprev é suportado por contrato de compartilhamento de risco, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 430/2017 da ANS e atualizações. A Brasilidental enquadra-se como operadora, no segmento odontológico terciário de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 39 da ANS de 27 de outubro de 2000. **Aprovação das demonstrações financeiras:** A aprovação das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração (CA) em 11 de março de 2022. **2. Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: **2.1 Elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo CPC quando referendados e aprovados pela ANS. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em reais mil (R\$ mil). **2.3 Ativo circulante:** **2.3.1 Classificação:** (a) **Disponível (caixa e equivalentes de caixa):** Corresponde às disponibilidades que inclui dinheiro em caixa e em bancos, bem como numerários em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 5). Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor. (b) **Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado):** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1, 1.1 e 6) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. (c) **Recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). (d) **Contraprestações a receber/prêmios a receber:** São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas no resultado ou à conta de provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG) no passivo circulante, conforme período de cobertura do risco dos contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos. **2.3.2 Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros (nota 2.3.4). **2.3.3 Estimativa do valor justo:** A Companhia aplica o CPC 46 - Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierárquico, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1). • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado. • **Nível 3:** informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado. **2.3.4 Recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, acrescida de um percentual médio de perda apurado em um estudo de comportamento da carteira. As perdas com clientes são registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado. Os valores vencidos acima de 180 dias, para os quais não há mais expectativa da Administração para recuperação, são contabilizados como perda efetiva. Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão. Caso, num período subsequente, ocorrer a diminuição do valor da perda por *impairment* e esta puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após ter sido reconhecida, a recuperação e reversão são reconhecidas na demonstração do resultado. As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente. **2.3.5 Despesas de comercialização diferidas (DAC - Deferred Acquisition Costs):** São os gastos diretamente incrementais e relacionados à origem ou a renovação de contratos, ou seja, os valores pagos a título de agenciamento nos contratos coletivos e comissões pagas nos contratos individuais anuais, ambos apropriados ao resultado pelo prazo de 12 meses. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos. **2.4 Ativo não circulante:** **2.4.1 Realizável a longo prazo:** (a) **Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) diferidos:** Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultam em valores a serem incluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros quando o valor contábil do ativo for recuperado (nota 10). O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas/realizadas. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **2.4.2 Imobilizado (uso próprio):** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear dos bens às taxas anuais (nota 11). Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado. **2.4.3 Intangível:** Refere-se à implantação de plataforma de acesso exclusiva aos corretores da Companhia, mensurado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear às taxas anuais. **2.5 Recuperabilidade (impairment) de ativos não circulantes:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso). **2.6 Contratos de planos de assistência odontológica/teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia classifica todos os contratos de planos de assistência odontológica com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes (Companhia e beneficiários). Em geral define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades recebidas dos beneficiários. Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia registra a perda imediatamente com uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data do teste. O último teste foi realizado na data-base de 31 de dezembro de 2021 de acordo com os segmentos de negócios da Companhia, seguindo o critério estabelecido pela Resolução Normativa (RN) 435/2018, e considerou as provisões técnicas (notas 2.7 e 12.2), contraprestações líquidas e despesas administrativas. Para estimar os sinistros futuros a Companhia utilizou a sinistralidade por segmento, considerando a tábua de mortalidade BR-EMSB-2015 e a taxa de cancelamento observada em sua carteira. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETT) pré-publicada pela Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A metodologia deste teste considera como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos ativos diretamente relacionadas a estes contratos. Cenário avaliado no horizonte de 8 anos, conforme determina a ANS. • **Sinistralidade:** empresarial (32%), coletivo por adesão (41%) e individual (19%). • **Despesas administrativas:** Despesas administrativas dos eventos pagos; 10,3%. Apurado com base na relação entre as despesas administrativas dos Centros de Custos diretamente envolvidas com pagamento de eventos. Despesas administrativas das contraprestações: 29,1%. Apurado com base na relação entre as despesas administrativas dos demais Centros de Custos e as contraprestações. • **Estimativa de inflação:** 4% a.a. O resultado do TAP não apresentou insuficiência na data de sua realização, logo, não houve necessidade de ajustes nas provisões

	31 de dezembro de 2021	
	SELIC (a.a.)	

—☆ continuação

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. - CNPJ/MF nº 19.962.272/0001-09

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações da Companhia e dos seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas. Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-pagamento, que prevê a liquidação da mensalidade em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês. Trata-se de ativos e passivos de curto prazo. **4.2 Riscos legal e regulatório - capital:** A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico". A Companhia mantém níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios (nota 12.1).

5. Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Bancos conta movimento	143	126
Numerários em trânsito ¹	2.119	1.982
	2.262	2.108

¹ Recebimentos de clientes a serem transferidos por instituições financeiras, bem como valores monetários em confirmação.

6. Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

	Movimentação das aplicações financeiras - Valor justo através do resultado			
	Garantidoras de provisões técnicas		Livres	
	Líquidos		Total	
31 de dezembro de 2019	6.772	25.372	32.144	
Aplicações	200	125.445	125.645	
(-) Resgates	(1.422)	(119.996)	(121.418)	
Rendimentos	138	617	755	
31 de dezembro de 2020	5.688	31.438	37.126	
Aplicações	—	91.479	91.479	
(-) Resgates	(31)	(93.636)	(93.667)	
Rendimentos	235	1.228	1.463	
31 de dezembro de 2021	5.892	30.509	36.401	

APLICAÇÕES GARANTIDORAS DE PROVISÕES TÉCNICAS: cotas do fundo de investimentos aberto de renda fixa dedicado ANS em garantia ao saldo integral da PEONA. **Aplicações Livres:** cotas do fundo de investimentos aberto de renda fixa BB Institucional RF apurado com base em dados divulgados pela instituição financeira, administrada pela BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), sendo classificadas no ativo circulante.

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (contraprestações pecuniárias a receber)

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Contraprestações pecuniárias a receber (faturas)	7.465	6.986
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(2.434)	(1.740)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.031	5.246

	Créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento			
	31 de dezembro de		2020	
	Faturas	PPSC	2021	2020
A vencer	3.845	(19)	3.826	4.361
Vencidas até 30 dias	1.265	(395)	870	647
Vencidas de 31 a 60 dias	756	(429)	327	220
Vencidas de 61 a 90 dias	400	(392)	8	17
Vencidas acima de 91 dias	1.199	(1.199)	—	2
	7.465	(2.434)	5.031	5.246

	Movimentação da provisão para perdas sobre créditos e contraprestações a receber			
	31 de dezembro de		2020	
	Líquidos		Total	
31 de dezembro de 2019	7.465	6.986	14.451	
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(2.434)	(1.740)	(4.174)	
Saldo no início do exercício	(1.740)	(1.540)	(3.280)	
Reversões (provisões) no exercício	(4.529)	(3.440)	(7.969)	
Perdas efetivas	3.835	3.240	7.075	
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.031	5.246	10.277	
Adiantamentos de clientes	(320)	(130)	(450)	
Contraprestações a receber	4.711	5.116	9.827	

8. Créditos tributários e previdenciários

	31 de dezembro de	
	2021	2020
IRRF	31	—
CSLL	47	23
PIS e COFINS	165	165
ISS	4	4
	247	192

9. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Adiantamentos a funcionários	25	64
Adiantamentos a fornecedores	37	126
Demais créditos a receber	31	29
	93	93

10. Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)

	Expectativa de realização		Debitado	
	Nota	31 de dezembro de 2020	(creditado) no resultado	31 de dezembro de 2021
Provisão para perda sobre créditos	7	182	239	421
Provisões para ações judiciais	17	1.053	245	1.298
Provisão para participações nos resultados	—	202	37	239
Provisões diversas	16	19	10	29
		1.456	531	1.987
Imposto de renda diferido		1.071	390	1.461
Contribuição social diferida		385	141	526

11. Imobilizado (uso próprio)

	Equipamentos de computação		Móveis e utensílios		Máquinas e equipamentos		Veículos		Total	
	31 de dezembro de 2020	2021	31 de dezembro de 2020	2021	31 de dezembro de 2020	2021	31 de dezembro de 2020	2021	31 de dezembro de 2020	2021
Depreciações	27	12	—	3	161	203	—	—	328	369
31 de dezembro de 2021	(9)	(2)	—	(35)	(46)	(46)	—	—	(90)	(90)
Custo de aquisição	18	10	3	126	157	157	—	—	324	324
Depreciações acumuladas	51	14	4	176	245	245	—	—	510	510
31 de dezembro de 2021	(33)	(4)	(1)	(50)	(89)	(89)	—	—	(177)	(177)
Taxa anual de depreciação (%)	18	10	3	126	157	157	—	—	324	324
	20	10	10	20	—	—	—	—	—	—

12. Recursos próprios mínimos e provisões técnicas de operações de assistência à saúde: A ANS estabeleceu as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo, atualmente, com a RN 451/2020 alterada pelas RNs 461/2020 e 468/2021. A RN 451/2020 também dispõe sobre a adoção de modelo de capital regulatório baseado em riscos, obrigatório à todas as operadoras a partir de 2023, entretanto, possibilita adoção antecipada. A Companhia protocolou em maio de 2020 termo de compromisso (adoção antecipada). Devido à opção pela antecipação de utilização de modelo padrão de capital baseado em riscos nos termos do artigo 14 da RN 451/2020, a apuração do capital regulatório deverá considerar, o maior entre os seguintes valores: (i) o capital base; (ii) a margem de solvência de 75% fixo e (iii) capital baseado em riscos (inclui em 31 de dezembro de 2021 os riscos: subscrição, crédito, legal e operacional). **12.1 Recursos próprios mínimos:** (a) O capital base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência. (b) A margem de solvência (MS) corresponde à suficiência (S) do patrimônio líquido ajustado (PLA) para cobrir o maior montante entre 0,20 vezes a soma dos últimos 12 meses das contraprestações ou 0,33 vezes da média anual dos últimos 36 meses dos eventos líquidos. (c) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação. O capital baseado no risco de subscrição é composto pelas parcelas: (i) capital baseado no risco de precificação e (ii) capital baseado no risco de provisionamento. (d) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito. (e) O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas). (f) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal, e o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

	Cálculo PMA, PLA, MS e S			
	31 de dezembro de 2020		2021	
Capital de referência	9.838	9.727	8.977	8.977
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%	3,23%	3,23%
Patrimônio líquido ajustado (PMA)	314	314	290	290
Patrimônio líquido contábil	21.452	21.452	20.776	20.776
Despesas de comercialização diferidas	(394)	(394)	(608)	(608)
Despesas antecipadas	(4)	(4)	(7)	(7)
Intangível	(2)	(2)	(16)	(16)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	21.052	21.052	20.145	20.145
(A) 0,20 vezes da soma das contraprestações - últimos 12 meses	14.245	14.245	14.163	14.163
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - últimos 36 meses	—	—	—	—
Margem de solvência (MS) total² = maior entre (A) e (B)	14.245	14.245	14.163	14.163
Suficiência total (PLA - MS total)	6.807	6.807	5.982	5.982
MS exigida ³ (%)	75,000%	75,000%	75,000%	75,000%
MS exigida ³ (R\$)	10.683	10.683	10.621	10.621
Suficiência (PLA - MS exigida)	10.369	10.369	9.524	9.524
Capital Baseado em Risco (CBR) ⁴	10.926	10.926	5.882	5.882

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 461/2020.

²Margem de solvência total deverá ser constituída até 31 de dezembro de 2022 conforme RN 451/2020.

³75% fixo devido adoção antecipada RN 451/2020.

⁴CBR: 31 de dezembro de 2021 (RNs 451, 461 e 468) = risco de subscrição (CRS) + crédito (CRC) + operacional e legal (CRO); 31 de dezembro de 2020 (RN 451) = risco de subscrição (CRS).

12.2 Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2021		
	PPCNG	PEONA	DAC ¹	PPCNG	PEONA	DAC ¹	PPCNG	PEONA	DAC ¹
31 de dezembro de 2019	9.838	5.989	849	115.886	—	—	116.096	—	—
Contraprestações não ganhas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de comercializações diferidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de comercializações amortizadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Variação de PEONA	—	(1.322)	—	—	(1.322)	—	—	(1.322)	—
31 de dezembro de 2020	9.838	4.667	608	115.886	—	—	115.886	—	—
Contraprestações não ganhas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de comercializações diferidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de comercializações amortizadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Variação de PEONA	—	(452)	—	—	(452)	—	—	(452)	—
31 de dezembro de 2021	8.447	4.215	394	—	—	—	—	—	—

¹ Ativo diretamente relacionado a contratos de seguros.

13. Operadoras de planos de assistência à saúde: Em 31 de dezembro de 2021 o montante a pagar pela Brasildental a Odontoprev decorrente do contrato de compartilhamento de risco (notas 2.10 e 23) é de R\$4.161 (R\$4.222 em 31 de dezembro de 2020).

14. Tributos e encargos a recolher

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar	948	921
IRPJ	683	657
CSLL	265	264
Demais obrigações federais	457	605
PIS e COFINS	234	248
IRRF	87	118
Taxa de saúde suplementar	—	49
INSS	122	176
FGTS	14	14
Obrigações fiscais municipais	622	615
	2.027	2.141

15. Fornecedores de bens e serviços

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Odontoprev Serviços (nota 23)	573	654
Outros	274	342
	847	996

16. Outras contas a pagar

	31 de dezembro de			
	2021		2020	
Provisões diversas	139	127	111	111
Publicações	28	16	7	11
Serviços	7	11	—	—
Créditos a identificar ¹	128	331	37	29
Cobranças antecipadas	—	—	311	498
Outros	—	—	—	—

¹ Correspondem a valores recebidos de clientes ainda não identificados e que não ultrapassam o período de 60 dias.

17. Provisões para ações judiciais

	Movimentação das provisões para ações judiciais			
	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Fiscal - TPS	Trabalhista	Administrativo	Total
Saldo inicial	3.167	41	88	3.296
Constituição	581	—	60	641
Baixas	—	—	(5)	(5)
Atualização monetária	145	2	1	148
Provisão	3.893	43	144	4.080

(a) Fiscais: Taxa de saúde suplementar por plano de assistência à saúde (TPS). A Companhia pleiteia, através de ação judicial distribuída em 16 de agosto de 2017, a desconstituição da obrigatoriedade da TPS, autorizada pelo artigo 20, inciso I, da Lei nº 9.961/2000, bem como a compensação dos valores pagos nos últimos cinco anos. Já foi proferida decisão concedendo a tutela de urgência (liminar) para determinar a suspensão da exigibilidade da TPS, além disso, em 7 de maio de 2018 foi proferida sentença julgando procedente a ação para declarar inexistência da taxa, condenando a ANS a restituir os valores recolhidos desde 16 de agosto de 2012. A ANS interpele Recurso de Apelação, porém, até 31 de dezembro de 2021 seu julgamento ainda não foi concluído. A probabilidade de perda foi avaliada como insusceptível e não há depósito judicial. **(b) Trabalhista:** Refere-se a um processo judicial trabalhista, cujo o

objeto é: (i) reconhecimento de vínculo empregatício; (ii) horas extras; (iii) enquadramento sindical; e (iv) indenizações. A probabilidade de perda foi avaliada como provável. **(c) Cível e Administrativo: (i) Cível:** Refere-se a um processo judicial no montante de R\$44, cujo objeto é a indenização por danos materiais e morais. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui 12 processos judiciais de natureza cível, cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$265, os quais não são provisionados (R\$184 em 31 de dezembro de 2020). **(ii) Administrativo:** Refere-se a multas aplicadas em 7 processos administrativos no âmbito da ANS no montante de R\$383, por supostas infrações regulatórias que são objeto de discussão pela Companhia.

18. Patrimônio líquido: 18.1 Capital social

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	9.500	9.500
Número de ações, sem valor nominal (qtd. ações)	380.000	380.000
Ações ordinárias	190.000	190.000
Ações preferenciais	190.000	190.000
Preço de emissão (R\$/ação)	25,00	25,00

18.2 Reservas de lucros

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Reserva legal	1.900	1.900
Reserva de retenção de lucros	5.774	5.774
	7.674	7.674

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 a destinação atingiu o limite de constituição.

Limite de constituição da Reserva legal

Capela S/A Comércio e Participações

Capela S/A Comércio e Participações					
CNPJ: 58.278.052/0001-04					
Relatório da Administração					
Senhores acionistas, no cumprimento das disposições legais, estatutárias e de acordo com a legislação societária brasileira, temos a satisfação de submeter ao vosso exame e deliberação o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, referente ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 15 de março de 2022					
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e 2020					
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Circulante			Circulante		
Disponível	8.265.950,27	1.982.648,98	Salários e Encargos Sociais	39.180,40	39.177,20
Outros Créditos	2.189.469,27	2.650.287,26	Obrigações Fiscais	50.751,53	8.269,87
	10.454.419,54	4.632.936,24	Outras Obrigações	5.208.076,36	2.565.776,60
				5.298.008,29	2.613.223,67
Não Circulante			Patrimônio Líquido		
Realizável a Longo Prazo			Capital Social	23.000.000,00	23.000.000,00
Titulos a Receber e Dep. Judiciais	1.146.136,47	1.521.136,47	Reservas de Lucros	62.341.620,28	50.647.921,07
	1.146.136,47	1.521.136,47		85.341.620,28	73.647.921,07
Investimentos					
Participação em Controlada	78.885.102,14	69.953.101,61			
	78.885.102,14	69.953.101,61			
Imobilizado					
Imóveis	153.970,42	153.970,42			
	153.970,42	153.970,42			
Total do Ativo	90.639.628,57	76.261.144,74	Total do Passivo	90.639.628,57	76.261.144,74
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020					
	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízo) Acumulado	Total	
Saldos em 1 de Janeiro de 2020	23.000.000,00	42.410.427,76		65.410.427,76	
Lucro Líquido do Exercício				10.803.269,91	10.803.269,91
Destinações:					
Reserva Legal		540.163,50		(540.163,50)	
Distribuição de Dividendos				(2.565.776,60)	(2.565.776,60)
Reserva de Lucros para Expansão		7.697.329,81		(7.697.329,81)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	23.000.000,00	50.647.921,07		73.647.921,07	
Lucro Líquido do Exercício				15.335.998,97	15.335.998,97
Destinações:					
Reserva Legal		766.799,95		(766.799,95)	
Distribuição de Dividendos				(3.642.299,76)	(3.642.299,76)
Reserva de Lucros para Expansão		10.926.899,26		(10.926.899,26)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	23.000.000,00	62.341.620,28		85.341.620,28	
Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020					
	2021	2020		2021	2020
Receita Operacional Bruta	790.831,53	604.062,62	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.668.560,53	8.264.394,62
Receitas de Aluguéis	361.853,00	378.629,00		14.665.866,43	10.259.713,20
Receitas Financeiras	428.978,53	225.433,62			
Deduções da Receita Bruta			Resultado do Exercício antes do IR e CSLL	15.403.279,08	10.818.269,97
PIS, COFINS	(53.418,88)	(45.505,85)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(67.280,11)	(15.000,06)
Receita Operacional Líquida	737.412,65	558.556,77	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	15.335.998,97	10.803.269,91
Receitas (Despesas) Operacionais			Lucro (Prejuízo) por Ação	154,46	108,81
Administrativas	(497.852,93)	(494.891,22)			
Despesas Financeiras	(1.294,00)	(1.165,25)			
Outras Receitas/Despesas	9.496.452,83	2.491.375,05			
Dinís Dias - Presidente					
Herminia M. Marques Dias - Diretora Superintendente			Gilberto Santos de Souza - TC CRC 1SP108069/O-7		

Está disponível no site deste jornal www.diariocomercial.com.br/publicidadelegal

Dias Pastorinho S/A Comércio e Indústria

Dias Pastorinho S/A Comércio e Indústria					
CNPJ: 61.192.795/0001-71					
Relatório da Administração					
Senhores acionistas, no cumprimento das disposições legais, estatutárias e de acordo com a legislação societária brasileira, temos a satisfação de submeter ao vosso exame e deliberação o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, referente ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 15 de março de 2022.					
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e 2020					
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Circulante			Circulante		
Disponível	44.361.456,89	57.438.370,61	Salários e Encargos Sociais	8.195.892,83	7.758.850,82
Contas a Receber	13.627.564,56	14.124.767,14	Fornecedores	22.513.057,41	23.411.102,01
Outros Créditos	1.475.674,09	4.067.931,64	Obrigações Fiscais	3.338.076,49	2.804.182,07
Estoques	33.020.715,73	35.521.741,64	Outras Obrigações	3.459.690,22	3.954.554,07
Despesas Antecipadas	429.157,39	287.455,96		37.506.716,95	37.928.688,97
	92.914.568,66	111.440.266,99	Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo			Emprestimos e Financiamentos	1.120.000,00	1.495.000,00
Depósitos Judiciais	2.199.049,70	5.434.775,60	Obrigações Fiscais		
Impostos a Recuperar	73.912,23	73.912,23	Provisões Fiscais		4.725.190,22
	2.272.961,93	5.508.687,83		1.120.000,00	6.220.190,22
Imobilizado			Patrimônio Líquido		
Imóveis	52.884.128,33	32.062.045,01	Capital Social	39.000.000,00	39.000.000,00
Benefícios	250.936,69	584.315,82	Reservas de Lucros	90.186.100,32	83.644.236,59
Instalações	9.344.314,29	5.602.184,75	Ações em Tesouraria	(1.965.943,66)	(4.565.943,66)
Máquinas e Equipamentos	1.397.053,56	1.098.730,98		127.220.156,66	118.078.292,93
Móveis e Utensílios	5.170.590,81	4.698.022,54			
Equipamentos de Informática	1.220.702,23	684.155,49			
Veículos	391.617,11	548.762,71			
	70.659.343,02	45.278.217,30			
Total do Ativo	165.846.873,61	162.227.172,12	Total do Passivo	165.846.873,61	162.227.172,12
Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020					
	2021	2020		2021	2020
Receita Bruta de Vendas	321.128.205,49	336.804.339,66	Outras Receitas e Despesas	8.848.440,77	10.396.205,63
Impostos sobre Vendas	(29.740.156,41)	(29.597.814,34)			
Receita Líquida de Vendas	291.388.049,08	307.206.525,32	antes Resultado Financeiro	15.986.691,51	26.309.386,00
Custos das Mercadorias			Receitas Financeiras	2.102.394,20	1.179.951,59
Vendas	(195.430.820,11)	(206.585.732,54)	Despesas Financeiras	(175.174,63)	(575.937,88)
Lucro Bruto	95.957.228,97	100.620.792,78	Resultado do Exercício antes do IR e CSLL	17.913.911,08	26.913.399,71
Receitas (Despesas) Operacionais			IR e Contribuição Social	(4.181.402,85)	(9.206.660,66)
Vendas	(74.105.791,61)	(70.967.848,82)	Lucro Líquido do Exercício	13.732.508,23	17.706.739,05
Administrativas	(11.143.589,00)	(10.394.978,57)	Lucro por Ação	2,50	3,22
Depreciações e Amortizações	(3.569.597,62)	(3.354.795,02)			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020					
	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízo) Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2020	39.000.000,00	69.694.238,86		(4.565.943,66)	104.128.295,20
Lucro Líquido do Exercício					17.706.739,05
Destinações:					
Reserva Legal		885.336,95			(885.336,95)
Distribuição de Dividendos					(3.756.741,32)
Reserva de Lucros para Expansão		13.064.660,78			(13.064.660,78)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	39.000.000,00	83.644.236,59		(4.565.943,66)	118.078.292,93
Distribuição de Dividendos Adicionais					(11.270.223,95)
Venda de Ações em Tesouraria					9.865.615,29
Lucro Líquido do Exercício					2.600.000,00
Destinações:					
Reserva Legal		686.625,41			(686.625,41)
Distribuição de Dividendos					(3.186.035,84)
Reserva de Lucros para Expansão		9.859.846,98			(9.859.846,98)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	39.000.000,00	90.186.100,32		(1.965.943,66)	127.220.156,66
Dinís Dias - Presidente; Gregório de Matos Dias - Vice-Presidente					
João Gregório Dias - Diretor Financeiro			Gilberto Santos de Souza - TC CRC 1SP108069/O-7		

Está disponível no site deste jornal www.diariocomercial.com.br/publicidadelegal

Copec Urbanizadora S.A.

Copec Urbanizadora S.A.					
CNPJ: 51.045.441/0001-40					
Demonstrações Financeiras - Período de Encerramento: 01/01/2021 a 31/12/2021 - Em Mil R\$					
Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Ativo			Passivo		
Circulante	14.955,84	14.679,33	Circulante	78,80	108,37
Disponível	2.488,40	1.566,28	Fornecedores	-	35,34
Cientes - Atividade Imobiliária	2.785,79	5.303,43	Obrigações Tributárias	46,76	38,76
Outros Créditos	401,51	404,06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	29,92	31,84
Estoques	9.276,94	7.402,38	Outras Obrigações	2,12	2,43
Despesas Pagas Antecipadamente	3,19	3,17	Não Circulante	2.785,79	5.303,43
	2.925,06	4.765,27	Receitas Diferidas	2.785,79	5.303,43
Investimentos	2.879,86	2.896,29	Patrimônio Líquido	15.016,29	14.032,80
Imobilizado	45,19	1.868,98	Capital Social	2.815,10	2.815,10
	17.880,89	19.444,60	Reservas de Capital	21,56	21,56
			Reservas de Lucros	12.179,81	11.196,14
			Ajustes Exercícios Anteriores	(0,17)	-
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	17.880,89	19.444,60
A Diretoria					
JR Contabilidade Ltda.					
CNPJ: 48.634.620/0001-09					
André Eduardo Altoe - Contador					
CPF: 142.004.608-07 - CRC 1-SP-206942/O-2					
Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2021	31/12/2020	Resultado do Exercício	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Bruta	4.569,62	2.730,86	Receita Operacional Bruta	4.569,62	2.730,86
(-) Deduções da Receita Bruta	(126,10)	(99,95)	(-) Deduções da Receita Bruta	(126,10)	(99,95)
(=) Receita Operacional Líquida	4.443,52	2.630,91	(=) Receita Operacional Líquida	4.443,52	2.630,91
(-) Custo dos Produtos Mercadorias/Serviços	(2.061,04)	(1.508,53)	(-) Custo dos Produtos Mercadorias/Serviços	(2.061,04)	(1.508,53)
(=) Lucro Bruto	2.382,48	1.122,38	(=) Lucro Bruto	2.382,48	1.122,38
(+/-) Despesas Operacionais	(732,16)	(941,27)	(+/-) Despesas Operacionais	(732,16)	(941,27)
(=) Lucro Operacional Líquido	1.650,31	181,11	(=) Lucro Operacional Líquido	1.650,31	181,11
Outros Resultados Não Operacionais	-	27,00	Outros Resultados Não Operacionais	-	27,00
Resultado Antes da CS e IR	1.650,31	208,11	Resultado Antes da CS e IR	1.650,31	208,11
CSLL	(47,84)	(42,27)	CSLL	(47,84)	(42,27)
IRPJ	(77,07)	(68,21)	IRPJ	(77,07)	(68,21)
(=) Lucro Líquido do Exercício	1.525,41	97,64	(=) Lucro Líquido do Exercício	1.525,41	97,64

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/993A-B768-868F-1127> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 993A-B768-868F-1127



Hash do Documento

C953FF9E31B4CDC7AEC35420ED20A569D53716FF44C954CD1DCD5179E50FC63E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/03/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
16/03/2022 09:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

